

A PESTE BUBÔNICA NO RIO DE JANEIRO E AS ESTRATÉGIAS PÚBLICAS NO SEU COMBATE (1900-1906)

THE BUBONIC PLAGUE IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO AND THE PUBLIC STRATEGIES TO COMBAT IT (1900-1906)

Dilene Raimundo do Nascimento

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Correspondência:

Rua Santa Clara, 26 apto1102 – Copacabana – Rio de Janeiro – CEP 22041-012

E-mail: dilenerai@hotmail.com

Matheus Alves Duarte da Silva

Universidade de São Paulo

Correspondência:

Rua Afonso Pena, 95 apto 702 - Tijuca – Rio de Janeiro – CEP 20270-242

E-mail: matheus.duarte9@gmail.com

Resumo

Esse artigo analisa a epidemia de peste bubônica ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1900 a 1906, a partir das estratégias públicas para o seu combate. Se no início, o governo tomou medidas conservadoras já utilizadas para debelar epidemias, foram a reformulação das leis sanitárias, o saneamento da cidade e, especialmente, a caça aos ratos que lograram êxito na extinção da peste bubônica na Capital Federal. As fontes principais para essa análise são os relatórios da Diretoria Geral de Saúde Pública e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Palavras-chave: Peste bubônica; Saúde pública; Rio de Janeiro.

Abstract

This article examines the epidemic of bubonic plague that occurred in the city of Rio de Janeiro, in the period 1900-1906, from public strategies to combat it. If at the beginning, the government has already used conservative measures to tackle epidemics were the sanitary laws reformulation, the city sanitation and especially the hunt for mice that were successful in extinguishing the bubonic plague in the Federal Capital. The main sources for this analysis are the reports of the General Directorate of Public Health and the Ministry of Justice and Internal Affairs.

Keywords: Bubonic plague; Public health; Rio de Janeiro.

No quadro das principais doenças da história da humanidade, a peste bubônica ocupa um lugar de destaque. Na maioria das línguas européias, entre elas o português, a palavra peste significa tanto uma doença específica, a peste bubônica, quanto uma série de males infligidos às populações humanas. Tal associação se deve, em grande medida, ao elevado número de óbitos provocados pelas recorrentes epidemias de peste no continente europeu, cuja mais famosa, permanece sendo a do século XIV.

Diante desse histórico sombrio, torna-se extremamente pertinente o estudo das epidemias de peste no Brasil, sendo a do Rio de Janeiro, no início do século XX, uma das mais relevantes, não só pelo seu ineditismo, mas também pelas respostas públicas que engendrou. No entanto, na historiografia relativa ao tema, a epidemia é apenas tangenciada¹ para se abordar duas questões fundamentais.

A primeira diz respeito à criação do Instituto Soroterápico Federal, hoje Fundação Oswaldo Cruz, cuja principal finalidade foi a fabricação do soro para combater a peste bubônica no Rio de Janeiro. Sobre esse tema, é possível destacar “Gênese e evolução da ciência brasileira”, de Nancy Stepan², e o artigo “Oswaldo Cruz X Barão de Pedro Affonso: polêmica no controle de imunizantes”, de Tania Fernandes³. Além dessas obras, destaca-se também o artigo “Viagem(ns) a Santos” de Henrique Cukierman⁴, que discute a chegada da peste na cidade de Santos, como o momento inicial das discussões para a construção do Instituto Soroterápico Federal.

O segundo aspecto em que a epidemia de peste aparece na bibliografia está ligado à campanha de saneamento comandada por Oswaldo Cruz, durante a reforma Passos. Nesse período, segundo as obras trabalhadas, as principais epidemias combatidas pelos órgãos públicos foram: a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Sobre esse tema, destaca-se “Cidade febril”, de Sidney Chalhoub⁵, e “Pereira Passos: um Haussmann tropical”, de Jayme Benchimol⁶. No entanto, estas duas obras apenas pontuam o combate à peste, preferindo dar maior destaque à campanha de erradicação da febre amarela e da varíola.

O objetivo desse artigo é, portanto, preencher essa lacuna, discutindo a epidemia de peste bubônica no Rio de Janeiro, de 1900 a 1906, a partir das respostas e das estratégias do poder público para combatê-la.

¹ Exceção feita ao artigo de Dilene Raimundo do Nascimento, que analisa a chegada da peste à cidade de Santos. NASCIMENTO, Dilene R. do. La llegada de la peste al estado de São Paulo em 1899. *Dynamis* (Espanha), vol. 31(1): 65-83.

² STEPAN, Nancy, *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

³ FERNANDES, Tânia, Oswaldo Cruz x Barão de Pedro Affonso: polêmica no controle de imunizantes, *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, vol 1, nº 1, Rio de Janeiro, 1989.

⁴ CUKIERMAN, Henrique Luiz, Viagens a Santos, em *História, Ciência Saúde - Manguinhos*, vol. 5(1): 35-56, mar.-jun, 1998.

⁵ CHALHOUB, Sidney, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

A peste bubônica a caminho do Brasil

A peste bubônica, ou simplesmente peste, é uma doença há muito conhecida pela humanidade. Causada pela bactéria *Pasteurella pestis* (também chamada de *Yersinia pestis*) é transmitida ao homem pela pulga do rato. Segundo Cruz⁷, os principais sintomas são: a febre alta, sede intensa e cansaço. Após alguns dias, há o aparecimento do bubão, gerado pela inflamação dos gânglios linfáticos, sendo esta a principal característica da doença. Se não tratada, na maioria das vezes, o bubão rompe, levando o paciente à morte. Em alguns casos, a doença evolui para a forma pneumônica, muito mais letal e mais facilmente transmissível.

Com epidemias recorrentes desde a Antiguidade, a peste assolou as populações, produzindo efeitos demográficos, políticos, culturais e religiosos incomensuráveis. No final da Idade Média, especialmente no século XIV, ocorreram grandes epidemias de peste em toda a Europa, sendo a mais famosa a de 1348-1351. Trazida provavelmente do Oriente, atacou, em 1347, a cidade italiana de Gênova, e no ano seguinte Florença, de onde, seguindo as rotas de comércio, espalhou-se por toda a Europa, da Península Ibérica às Ilhas Britânicas, da Europa Central à Península Nórdica.⁸

No entanto, o poder dessa epidemia no imaginário popular europeu não estava associado somente a sua abrangência geográfica, mas, principalmente, à sua letalidade. Segundo Delumeau⁹, as fontes sobre o período calculam o total de mortos pela doença em torno de um terço da população do continente. Essa proporção, porém, foi maior em algumas localidades, existindo casos extremos onde quase todos os indivíduos faleceram em virtude da peste.

Além da grande epidemia do século XIV, a Europa conheceu outros momentos em que a peste ceifou grande número de vidas. Em 1665, a doença atacou Londres, onde morreram cerca de 68.500 pessoas, segundo Defoe¹⁰. Em 1720, foi a vez de Marselha, onde matou aproximadamente 50 mil. Depois dessa grande epidemia, a peste desapareceu da Europa, ficando restrita a algumas regiões endêmicas, sobretudo no continente asiático, em regiões próximas ao mar Cáspio.

Desse modo, até o último quartel do século XIX, a peste não passava de uma ameaça distante ao Brasil. Tal situação começou a mudar em 1894, quando uma epidemia surgiu em Hong Kong, na China, matando aproximadamente cem mil pessoas. Em 1896, a peste se espalhou dali para a Índia, então a principal possessão do colonialismo inglês, onde dizimou perto de um milhão e trezentas mil pessoas, evocando, indubitavelmente, as grandes epidemias do passado medieval.¹¹

⁷ CRUZ, Oswaldo G. A peste em *Opera Omnia*. Rio de Janeiro: Tip. do Instituto Oswaldo Cruz, 1906.

⁸ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1989.

⁹ DELUMEAU, Op. cit., p.107.

¹⁰ DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. Tradução de Eduardo Serrano San Martin. Porto Alegre: L&PM, 1987.

¹¹ CUKIERMAN, Op. cit.

Durante a vigência dessas epidemias, as primeiras descobertas científicas sobre a peste bubônica foram feitas. Em 1894, o cientista franco-suíço Alexandre Yersin e seu colega japonês, Shibasaburo Kitasato identificaram, separadamente, o bacilo da doença, o *Pasteurella pestis*. Em 1896, o cientista russo Waldemar Hafkine criou uma vacina contra a peste e, em 1898, Yersin usou os primeiros soros antipestosos em seres vivos.¹² Ainda em 1898, Paul-Louis Simond realizou diversas experiências que comprovaram a transmissão da doença ao homem pela pulga do rato.¹³

Tais descobertas permitiram um melhor controle da doença o que, em teoria, impediria que a peste se difundisse pelo mundo, principalmente em função do comércio marítimo, notório disseminador da doença, em virtude do grande número de ratos presentes nas embarcações. No entanto, os privilégios dos navios ingleses saídos da Índia — como a ausência de quarentenas e a não obrigatoriedade de desinfecção de suas mercadorias — possibilitaram que a doença viajasse pelo mundo¹⁴.

Diante dessa situação, o retorno da doença à Europa foi facilitado, o que ocorreu em meados de 1899, com o aparecimento de casos de peste bubônica na cidade do Porto, em Portugal. O surgimento da doença em um país com laços políticos e econômicos tão estreitos com o Brasil fez surgir o temor nas autoridades brasileiras de que a peste pudesse aqui chegar.

Segundo o relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epiácio Pessoa — a quem a saúde pública estava subordinada à época —, ao receber a comunicação oficial da existência de peste na cidade do Porto, em agosto de 1899, imediatamente o governo brasileiro tomou medidas para defender o país contra a sua invasão. Estabeleceu que todos os navios saídos de portos portugueses, como também do porto espanhol de Vigo, a partir do dia 1º de agosto, seriam submetidos a uma quarentena de 20 dias e estariam sujeitos a desinfecções rigorosas. Em portaria do dia 16 de agosto, ampliou-se a medida aos portos espanhóis de Corunha, Santander e Bilbao¹⁵.

Apesar de a comunicação oficial da existência de peste na cidade do Porto ser de agosto, desde o dia 4 de junho já havia ocorrência da doença nessa cidade¹⁶, significando que durante 70 dias a peste teve passagem livre nos portos brasileiros.

Em meados de setembro, a peste surgiu no Paraguai. A notícia do aparecimento da peste no vizinho país sul americano “explodiu como uma ameaça assombro-

¹² Idem, p.17.

¹³ DELORT, Robert. Que a peste seja do rato, In LE GOFF, Jacques. *As doenças têm História*. Tradução Laurinda Bom. Lisboa: Editora Terramar, 1985.

¹⁴ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epiácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 347.

¹⁵ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epiácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 349.

¹⁶ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epiácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 350.

sa”¹⁷. Agora, a ameaça da peste era também por terra, pelas fronteiras do Paraná e do Mato Grosso, extensas e desprotegidas, pois a defesa terrestre, segundo o relatório, era “sempre precária em seus efeitos”¹⁸. Essa conjuntura excepcional requeria medidas também excepcionais. Assim, os portos brasileiros foram fechados às embarcações procedentes do Paraguai, por portaria de 21 de setembro de 1899. Apesar de violenta, conforme reconheceu o ministro, a medida era justificável, ante tão grande ameaça.

A ação da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), responsável pela defesa das fronteiras, foi requisitada pelos governos de Mato Grosso e do Paraná. Além disso, estabeleceu-se um cordão sanitário militar nos pontos menos resguardados das fronteiras. Contudo, a epidemia de peste no Paraguai restringiu-se à cidade de Assunção, não se difundindo por outras localidades daquele país, sendo suficientes as medidas sanitárias implementadas.

Além das medidas restritivas em relação aos portos, o governo brasileiro empenhou-se em fazer uma provisão de soro antipestoso de Yersin¹⁹, para o caso de surgir algum doente no país. Encomendou o soro aos laboratórios europeus, mas, devido à epidemia de peste no Porto, somente os institutos Pasteur e de Messina poderiam fornecer soro e, mesmo assim, em quantidade escassa. Havia um questionamento quanto à eficácia do soro importado, devido ao intervalo grande entre a sua produção e o seu uso, mesmo que conservado adequadamente. Diante disso, a possibilidade de construção de um Instituto Soroterápico começou a ser aventada, de modo que o Brasil pudesse produzir o soro em solo nacional.

Em 14 de outubro, chegou a notícia de um recrudescimento da epidemia de peste na cidade do Porto. As medidas tomadas pelo governo brasileiro também recrudesceram: foi expedida uma portaria proibindo “a entrada nos portos nacionais de toda e qualquer mercadoria embarcada no de Leixões”²⁰. Essa decisão feria os interesses econômicos tanto de Portugal como do Brasil, dada a intensa troca comercial existente entre os dois países. Porém, segundo o ministro, não houve hesitação para tomar essa medida, dada a gravidade da ameaça, que se concretizou aos 15 de outubro, com o aparecimento de casos suspeitos de peste na cidade portuária paulista de Santos²¹.

¹⁷ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Eptácio Pessôa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 352.

¹⁸ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Eptácio Pessôa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 350.

¹⁹ O soro antipestoso de Yersin era o único meio preventivo e curativo eficaz, até então, contra a doença.

²⁰ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Eptácio Pessôa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 353.

²¹ NASCIMENTO, Op. cit.

A peste no Rio de Janeiro

A leitura dos relatórios da DGSP e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aos quais a DGSP estava subordinada sugere, conforme explicitado, uma extensa lista de atividades que objetivaram impedir que a peste desembarcasse no Brasil, entre elas a quarentena dos navios oriundos de áreas infectadas, a desinfecção dos mesmos, e o monitoramento dos navios vindos de áreas suspeitas. No entanto, os discursos do Diretor da Saúde Pública, Nuno de Andrade, e do Ministro da Justiça, Epiácio Pessoa, louvando as ações do governo e pontuando as diversas medidas só podem ser compreendidos dentro da cronologia dos fatos relacionados à peste no Brasil, especialmente durante os últimos meses de 1899 e janeiro de 1900.

Isto porque, apesar de todos os supostos esforços empreendidos pelo governo federal, a doença aportou, em outubro de 1899, pela primeira vez no país, na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Naquele momento, o porto de Santos era o segundo em importância no país e o principal escoadouro da produção de café. Dessa cidade, a doença se espalhou para a capital paulista, provavelmente levada pelas bagagens e passageiros das estradas de ferro, onde fez sua primeira vítima em novembro de 1899²².

No início do ano seguinte, foi a vez da Capital Federal apresentar o primeiro caso de peste. O Rio de Janeiro, no início do século XX, era uma cidade em transformação. Segundo Lobo²³, sua população crescia ano a ano, passando de 690 mil pessoas, em 1900, para 811 mil em 1906, fruto principalmente da intensa imigração europeia, sobretudo portuguesa, e também de regiões economicamente decadentes do interior fluminense. Tamanha quantidade de pessoas na cidade gerava não só uma abundância de mão-de-obra barata, mas também um mercado consumidor em potencial. É neste período, portanto, que as indústrias começam a surgir na cidade, sendo as principais, as de fumo, as cervejarias e as têxteis²⁴.

Aliada a essa expansão populacional e econômica, o porto do Rio de Janeiro crescia em relevância internacional, tornando-se, nesse período, um dos 15 maiores do mundo e o principal pólo econômico da cidade. Sua função econômica mudou: de principal exportador de café, que agora cabia ao porto de Santos, passou a distribuir produtos importados para o restante do Brasil, além de ser parada obrigatória para a navegação de cabotagem que ligava o Norte ao Sul do país.²⁵

No entanto, contrastando com esse “progresso”, o Rio de Janeiro possuía muitas características de “atraso”, segundo o discurso das elites políticas e econômicas do período. A população, que a cada dia aumentava, continuava, em grande parte, se

²² Jornal O Estado de São Paulo, 5 de novembro de 1899.

²³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p.469.

²⁴ Idem, p. 488.

²⁵ BENCHIMOL. Op. cit., p. 219.

amontoando em cortiços, estalagens ou casa de cômodos na região central e portuária da cidade, onde, em geral, não existia higiene e saneamento. Nas “ruas estreitas” e nas “vielas imundas”, conforme chamou Luis Edmundo²⁶, o lixo abundava e as mercadorias eram transportadas com dificuldade para o porto, onde os contrastes eram ainda mais evidentes. Apesar de sua importância para a economia da cidade, segundo Benchimol²⁷, ele era considerado “pequeno” e “arcaico”; seus armazéns e trapiches eram de tamanho reduzido e estocavam as mercadorias de maneira inadequada e insalubre.

Desse modo, podem-se depreender algumas características fundamentais que facilitaram a chegada da peste à cidade e sua posterior disseminação. São elas: crescimento populacional e intensa atividade comercial, aliados a uma precária estrutura de armazenamento de alimentos, saneamento e esgoto, que, ao proverem esconderijos e alimentos fartos para os ratos, facilitam o crescimento de sua população, que se espalhava pela cidade. Além dessas características, para que ocorresse uma epidemia na cidade, era necessário, entre outros fatores, que a doença chegasse ao Rio de Janeiro.

No entanto, diante de tantos prováveis locais para a origem da peste do Rio de Janeiro — tais como, Portugal, Argentina, Paraguai, Santos e São Paulo — não se conseguiu precisar de onde ela partiu. Quem informa esse fato é novamente o Ministro da Justiça, Epitácio Pessoa. Segundo seu relatório de março de 1900, “como no Porto, no Paraguai, em Santos e S. Paulo, não se conseguiu saber qual o modo de penetração do germen nesta Capital [Rio de Janeiro]”²⁸.

Se, no entanto, é impossível saber como a peste chegou, por outro lado o “quando” e o “onde” oficiais estão bem documentados. Assim prossegue o referido ministro, em seu relatório:

[...] a 7 de janeiro do corrente ano [1900] foi denunciado às autoridades sanitárias, como suspeito de peste, um menino, de nome Alcides, morador à ladeira do Valongo n° 3. O exame clínico, (...), deixou o diagnóstico incerto; e no dia imediato, agravando-se o estado do enfermo, procedeu-se a pesquisa bacteriológica pela qual se verificou a existência, (...) de bacilos semelhantes ao da peste. (...) Imediatamente foi o doente removido para a enfermaria flutuante, e esta trasladada para a enseada da Jurujuba, onde fundeu às 7 horas da tarde. O infeliz menino agonizava já, e nenhum tratamento foi possível instituir. (...) No dia 13, logo que foi conhecido o resultado dos trabalhos de laboratório, declarou o governo, oficialmente a ocorrência de um caso de peste na capital federal.²⁹

²⁶ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Editora do Senado, 2003, p. 26.

²⁷ BENCHIMOL. Op. cit., p. 217.

²⁸ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, p. 363.

²⁹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, p. 362-363.

Reconhecida a presença da peste bubônica na cidade, era necessário conceber e executar uma estratégia visando debelá-la.

As primeiras estratégias de combate

Nesse primeiro momento, que se estende de 1900 a meados de 1903, as ações do governo e as medidas postas em prática para combater a doença consistiam num modelo já utilizado pelas autoridades contra outras epidemias, como a febre amarela. Tratava-se, basicamente, de isolar os doentes, ou suspeitos de estarem contaminados, e desinfetar suas casas e seus pertences. Outras medidas pontuais também foram tomadas para combater a peste e impedir que ela se difundisse pelo país, como a desinfecção dos navios saídos do porto do Rio de Janeiro e das bagagens na Estrada de Ferro Central³⁰. Além dessas, é importante salientar a criação do Instituto Soroterápico Federal, em 1900, com o objetivo de produzir o soro e a vacina antipestosa a serem utilizados no Brasil.

Desse modo, desde a descoberta do primeiro caso, foram colocadas em prática as seguintes medidas, conforme explica Epi-tácio Pessoa:

As pessoas que tiveram contato com o enfermo, residentes na dita casa n° 3 e em outra de n° 5, foram seqüestradas e transferidas para o isolamento da Jurujuba, onde estiveram em observação por espaço de 10 dias. As casas referidas ficaram sujeitas a desinfecções reiteradas e completas. Os moradores das habitações contíguas foram submetidos a visitas médicas quotidianas, e ordenou-se o exame sistemático de *todos* os domicílios da paróquia de Santa Rita ³¹. [grifo do autor]

Após a aplicação dessas ações, “tivemos a felicidade” — anunciava o presidente da República, Campos Salles, ao Congresso Nacional, em maio de 1900 — “de impedir a difusão da moléstia [peste bubônica], assim reduzida aquele caso isolado, e a 27 de janeiro foi declarada limpa a cidade do Rio de Janeiro” ³². Campos Salles, no entanto, sabia que o que anunciava para os membros do Congresso Nacional não era de todo verdadeiro, uma vez que, a despeito de ficar circunscrita ao caso da ladeira do Valongo, conforme afirmava, a peste já havia feito mais vítimas na cidade durante o mês abril de 1900. Dessa vez, ao contrário do primeiro caso de janeiro, o governo federal conhecia ou procurava mostrar conhecer a origem da doença.

Quem informa sobre esse reaparecimento da peste é novamente o Ministro Epi-tácio Pessoa, no relatório do ano seguinte:

³⁰ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Epi-tácio Pessoa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1901, p. 314.

³¹ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, pelo Dr. Epi-tácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, p. 363.

³² Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da quarta legislatura pelo Presidente da República, M. Ferraz de Campos Salles, p. 19.

A 18 de abril foram verificados dois casos dessa moléstia [peste bubônica] em um domicílio na Praça da Harmonia n° 94, devidamente comprovados pelo exame bacteriológico. (...) a 16 de maio ocorreram dois casos, um no hospital de S. João Batista na Lagoa, outro no da Santa Casa de Misericórdia, ambos graves, que indicavam a difusão do germen infeccioso. (...) A invasão da cidade teve lugar por via marítima e em condições que precisam de especial acentuação³³.

Essas “condições de especial acentuação”, a que se referia o ministro em seu relatório, derivam do fato de a doença ter chegado, segundo Pessoa, em um navio de nome Clyde, que fizera escala em Lisboa, e que recebera passageiros da cidade do Porto. Naquele período, ainda segundo o ministro, a cidade do Porto já estava considerada “limpa”, isto é, não apresentou novos casos de peste bubônica durante um mês. Diante disso, não se podia culpar o governo federal por permitir que esse navio aportasse no Rio de Janeiro³⁴. Desse modo, ao colocar a “culpa” do reaparecimento da doença em fatores externos, Pessoa não só defendia o governo federal, a DGSP e a si mesmo, como buscava comprovar a eficácia das medidas utilizadas para debelar o primeiro caso de peste, que deveriam ser mantidas, já que a doença se espalhava pela cidade.

No entanto, tais medidas não foram capazes de acabar com as epidemias de peste que, a partir de 1900, voltavam ano a ano à cidade. A efetividade reduzida dessas medidas pode ser comprovada pelo considerável número de óbitos oficiais nesses primeiros anos: 295 em 1900, 199 no ano seguinte, 215 em 1902, e 360 em 1903³⁵, quando uma nova estratégia de combate teve de ser proposta.

As causas para que esta estratégia inicial tenha fracassado são muitas: os vetores da doença, os ratos e suas pulgas, não eram exterminados; as condições sanitárias da cidade continuavam as mesmas, e a maioria dos casos de peste não era denunciado à autoridade pública³⁶. Além desses aspectos científicos e sanitários, questões políticas também dificultavam o sucesso da operação. Em primeiro lugar, dois órgãos governamentais eram responsáveis pela higiene pública no Rio de Janeiro: um federal — a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) —, e um municipal — a Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Enquanto o órgão federal era responsável pela defesa marítima do país, isolando e desinfetando os navios suspeitos, cabia ao órgão municipal o combate à peste em terra, eliminando, por exemplo, os focos nos domicílios.

Todavia, algumas atribuições durante os surtos epidêmicos não estavam bem definidas, como por exemplo, a questão do isolamento dos doentes. Enquanto ao mu-

³³ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1901, p. 312-313.

³⁴ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1901, p. 312.

³⁵ SILVA JUNIOR, Marcelo, *Peste bubônica*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942, p. 16.

³⁶ A “ocultação dos doentes”, nas palavras de Epitácio Pessoa, era uma estratégia da população na tentativa de escapar do isolamento compulsório, e principalmente do expurgo a que seria submetida sua residência e seus pertences, sendo esses geralmente incinerados.

nicípio cabia localizar os suspeitos de terem contraído a peste, o recolhimento destes e seu isolamento ficavam a cargo da autoridade federal, que para isso necessitava ser informada pelo município, o que nem sempre ocorria satisfatoriamente. Diante dessa dificuldade de coesão, a principal solução encontrada pelo governo federal foi intervir temporariamente na saúde pública do município, unificando os dois serviços. Porém, a legislação vigente obrigava que a intervenção fosse autorizada pelo prefeito do Distrito Federal, o que ocorreu no primeiro ano de epidemia e nos momentos mais críticos durante os anos seguintes, mas não teve continuidade nos períodos em que o número de casos diminuía³⁷.

A nova estratégia de combate à peste

Diante desses constantes insucessos no combate à peste bubônica, uma nova estratégia foi formulada pelas autoridades federais, em meados de 1903. No entanto, as condições políticas e legais que permitiram essa reformulação devem ser acentuadas.

As condições políticas derivam do fato de que, ao assumir a presidência da República, em 1902, Rodrigues Alves, rico cafeicultor paulista tinha como principais metas de governo a reforma, o saneamento e a modernização da cidade do Rio de Janeiro. O saneamento financeiro realizado por seu antecessor, Campos Salles, permitiu a Rodrigues Alves dispor dos meios políticos e econômicos para pôr em prática o plano de modernização da capital federal. Esse plano era visto como uma forma de adequar o país aos padrões civilizacionais europeus e também às novas necessidades econômicas exigidas pelo mercado externo e interno, criadas, principalmente, pelo desenvolvimento do capital industrial na cidade. Além disso, buscava-se com a modernização da capital, a irradiação para o restante do Brasil desses modelos de progresso e civilização.

A pedra angular da reforma urbana era o porto da cidade, tido como arcaico e como um entrave para o progresso econômico do país. Desse modo, buscou-se ampliar o seu tamanho e capacidade de operação, bem como de seus trapiches e armazéns, de modo a facilitar o desembarque e embarque de mercadorias em navios maiores. Para que essa operação funcionasse de maneira eficaz, os produtos deveriam chegar e sair de maneira fácil e rápida do porto, o que seria conseguido através da criação de largas avenidas e do alargamento das estreitas ruas da região central da cidade. Além do aspecto econômico, essas avenidas, e principalmente a Avenida Central, foram concebidas como lugares onde a população rica da cidade poderia desfrutar da cultura e da “civilização” importada da Europa. No entanto, no caminho dessas obras estava um grande número de habitações populares, como os cortiços e as estalagens, tidas como “infectas” e “incivilizadas”, que foram, em sua maioria, demolidas.

³⁷ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Sabino Barroso Junior, em março de 1902, p. 292.

No entanto, para que a operação de saneamento e civilização do Rio estivesse completa era necessário, também, acabar com as principais epidemias, uma vez que prejudicavam a economia e eram marcas do “arcaísmo” da cidade. O órgão responsável por essa operação tornou-se a DGSP, cujo poder e importância haviam crescido desde as reformas do regulamento sanitário.

A reformulação das leis sanitárias começou com os decretos presidenciais de julho de 1902 e se consolidou em 1904, transferindo, entre outras medidas, para a DGSP os “serviços de higiene defensiva na Capital Federal”, anteriormente pertencentes ao município. Esses serviços consistiam na “polícia sanitária contra as moléstias transmissíveis”, como a febre amarela e a peste bubônica, a “assistência hospitalar”, o “isolamento” daqueles suspeitos de estarem contaminados com doenças infecciosas, e na “desinfecção” de suas casas e pertences. O município ficava restrito à chamada “higiene de agressão”, sendo ele responsável pelo saneamento e sua manutenção na cidade, pontos essenciais para a erradicação de diversas epidemias³⁸.

Aliado a essas reformas, houve a nomeação, em 23 de março de 1903, de Oswaldo Cruz como novo diretor da DGSP, tido como capaz de acabar com as epidemias do Rio de Janeiro de uma maneira eficaz e moderna. Ao assumir o novo órgão, Oswaldo Cruz tinha como principais objetivos o fim de três epidemias, sendo elas: a febre amarela, a varíola e a peste bubônica.

Diante desse fato, torna-se interessante interrogar sobre o por que da inclusão da peste bubônica nessa lista, bem como nas causas do constante esforço das autoridades federais para debelá-la. Para isso concorria, não somente o número de óbitos provocados pela doença, — bem menor que os da varíola e da febre amarela —, mas também os entraves econômicos que a presença da peste gerava, impedindo, na maioria dos casos, os navios brasileiros de aportarem no exterior sem permanecerem em quarentenas, ou fazendo os navios estrangeiros recusarem parar no porto do Rio de Janeiro.

No entanto, além dessas questões, é possível conjecturar que a inclusão da peste como um dos elementos centrais na campanha de saneamento da cidade do Rio de Janeiro devia-se, principalmente, ao estigma associado à doença, que ligava-a ao mundo medieval europeu, e aos horrores produzidos pela doença naquele momento. Desse modo, temia-se, em primeiro lugar, que o mesmo que ocorrera com os países europeus, e continuava acontecendo na Ásia naquele momento, isto é, o elevado número de mortos provocados pelas epidemias de peste, também sobreviesse ao Rio de Janeiro. Além disso, como a peste bubônica estava relegada ao passado nas nações “civilizadas” do mundo, que desde o século XVIII haviam se livrado da doença, a presença da peste na capital do Brasil — que naquele momento buscava, também, tornar-se civilizado, segundo os padrões europeus —, era mais uma amostra do atraso nacional com o qual se buscava romper.

³⁸ Decretos n.º. 4463 e 4464, presentes no Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em abril de 1903, p. 337-338.

Diante desses fatos e com o respaldo político assegurado pela nova legislação referente aos serviços de saúde pública a cargo da União, além do suporte administrativo e econômico dados pelo governo federal, Oswaldo Cruz pode conceber novas estratégias de combate às diversas epidemias, como a febre amarela e a peste bubônica, que antes esbarravam em limitações legais da DGSP, especialmente em relação a sua atuação na Capital Federal.

Diante dessa nova situação, a grande novidade introduzida nas estratégias públicas por Oswaldo Cruz foi centrar o combate às doenças, não apenas nos doentes — isolando-os e desinfetando suas casas, conforme estabelecido anteriormente —, mas também na eliminação dos seus vetores. A mudança no foco das campanhas de saúde pública reside, em grande medida, na biografia de Oswaldo Cruz, que possuía uma formação pautada na microbiologia pasteuriana e já trabalhava com a peste bubônica desde 1900, no Instituto Soroterápico Federal.

Desse modo, à primeira vista é concebível supor que houve um contraponto entre as ações de Oswaldo Cruz no comando da DGSP, em relação às do diretor anterior, o médico Nuno de Andrade, que acumulava também o cargo de professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Assim, é possível perceber nas ações de Nuno de Andrade à frente da DGSP um relativo conservadorismo, arraigado em uma concepção médico-científica mais tradicional, centrada na prática da clínica. Oswaldo Cruz, portanto, seria o oposto de Nuno de Andrade. Por trabalhar com a produção do soro antipestoso no Instituto Soroterápico e pensar o combate à peste centrado nos vetores, ele se aproximava de uma medicina mais moderna, experimental, embasada pelas descobertas da microbiologia pasteuriana.

No entanto, esta dicotomia possui riscos, pois reforça a imagem de Oswaldo Cruz como um “mito na ciência brasileira”, conforme chamou Britto.³⁹ Desse modo, sem retirar seus méritos, devemos buscar inserir sua política, em primeiro lugar, dentro das concepções da Higiene, que buscava sanear e higienizar a cidade, não só do lixo e dos ratos, mas também da população mais pobre. Além disso, devemos ver esse esforço em combater a peste não somente como parte do projeto político de Rodrigues Alves, mas sim como uma tentativa de Oswaldo Cruz e de todo um grupo de homens do qual ele fazia parte, que buscavam a afirmação e a legitimação da medicina experimental dentro do campo acadêmico e de atuação política.

Diante dessas novas concepções, no caso da peste foi exposta a necessidade de se destruir os ratos e suas pulgas, o que seria conseguido da seguinte maneira, segundo Oswaldo Cruz:

Em 20 de setembro [de 1903] resolvestes tomar medidas mais diretas, relativas aos ratos, terríveis transmissores da moléstia. (...) O problema da extinção dos ratos numa cidade apresenta-se como uma questão difícil. Para conseguir um resultado prático, foi estabelecido um

³⁹ BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

serviço de matança desses animais, constituindo-se para isso uma turma de empregados, vencendo cada um 60\$ mensais e estando na obrigação de apresentar uma média mensal de 150 animais, sem o que serão dispensados. Os ratos que trouxeram a mais são indenizados a razão de 300 reis por animal (...). A todos estes empregados são fornecidos ratoeiras, veneno, latas para a condução de ratos, etc. Os animais capturados são imediatamente mergulhados em uma solução forte de creolina e levados para o Desinfectório Central, onde, após a contagem, são incinerados⁴⁰.

Uma análise superficial sobre esse fragmento do relatório leva a crer que esses novos empregados da DGSP saíam pelo Rio de Janeiro caçando os ratos. No entanto, os “ratoeiros”, como foram apelidados pela população carioca, estavam longe de serem caçadores; eram, na verdade, compradores de ratos mortos, que saíam às ruas da cidade portando uma pequena trombeta anunciando a compra do inusitado produto, e uma lata, na qual colocavam os animais comprados. A tarefa de caçá-los estava transferida à população carioca, que recebia um pequeno valor, combinado com cada “ratoeiro” por animal capturado, criando, assim, um dinâmico e exótico mercado.⁴¹

Por mais inusitada que pareça tal medida, à primeira vista ela não carecia de fundamentos. Em primeiro lugar, tal estratégia estava respaldada cientificamente, uma vez que, desde 1898, a transmissão da peste bubônica pela pulga do rato já estava comprovada. Logo, pareceu um tanto óbvio, para as autoridades federais, que a caçada aos ratos diminuiria o número de casos da doença, uma vez que a quantidade dos possíveis vetores também se reduziria.

No entanto, é preciso salientar que a caça aos ratos objetivava, ao diminuir a população desses animais, dificultar o contágio entre os próprios roedores e não somente dar caça aos vetores. Isto porque, já há naturalmente uma mortalidade desses animais nos períodos que precedem as epidemias, com a conseqüente liberação de suas pulgas pela cidade. Desse modo, o que o governo pretendia não era realizar o trabalho da natureza, mas sim combater as reinfecções dentro da população de ratos, o que ocorreria nos períodos inter-epidêmicos.

Além desse aspecto científico, esta operação já havia tido comprovações empíricas, sendo testada com sucesso nas Filipinas⁴² e também no Brasil, quando do aparecimento da doença na cidade de São Paulo, em fins de 1899. Coincidência ou não, na capital paulista também foi estipulado o valor de 300 réis por animal abatido. No entanto, diferentemente do Rio de Janeiro, ali não existiu a figura do comprador de ratos, cabendo à população a caça e a “venda” direta desses animais ao Desinfectório Central⁴³.

⁴⁰ Relatório apresentado a Sua Ex. o Sr. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, pelo Diretor Geral de Saúde Pública, relativo ao ano de 1903, p. 13 e 19. —

⁴¹ NASCIMENTO, Dilene R. e SILVA, Matheus Alves D. Malandro é o gato. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n° 67, de abril de 2011, p. 33 a 37.

⁴² CRUZ, Op. cit., p. 502-503.

⁴³ Jornal O Estado de São Paulo, 5 de novembro de 1899, p. 1.

Durante os primeiros meses em que esteve em vigor, a medida que incentivava a caça aos ratos apresentou os resultados desejados pela DGSP. De 20 de setembro até 31 de dezembro de 1903, foram incinerados 24.441 roedores, perfazendo uma média diária de 241 animais⁴⁴.

Entretanto, nem tudo correu conforme o previsto durante a vigência da medida. Muitas vezes, durante a operação, a tão propalada malandragem carioca falava mais alto, e muitos cidadãos viram nela uma oportunidade para ganhar dinheiro fácil. Para tanto, ratos começaram a ser criados em currais e cercados pela cidade, foram “importados” de cidades circunvizinhas, como Niterói, e chegou-se ao cúmulo de se fabricar ratos de papelão e de cera, incinerados como de verdade nos fornos do Desinfetório Central⁴⁵.

Dos principais “empresários” desse ramo, a imprensa carioca tornou um deles famoso. Conhecido como Amaral, acabou preso por conta desses atos ilícitos. É interessante notar que esses subterfúgios que a população criava e iam de encontro aos projetos de Oswaldo Cruz, não estão presentes na maioria dos documentos oficiais, mas sim em notícias e charges publicadas pela imprensa carioca, notória crítica do diretor da Saúde Pública⁴⁶.

Em virtude desses problemas, a experiência de extermínio dos ratos teve que ser reformulada em meados de 1904. A compra e venda dos animais foi suspensa, e eles passaram a ser exterminados por envenenamento, com gases tóxicos aplicados nas galerias subterrâneas de água e esgoto, e caçados nos lugares mais insalubres da cidade, sem, todavia, se pagar pelos animais abatidos.

Entretanto, para o sucesso da estratégia governamental, a contribuição da população ainda era fundamental, e as pessoas eram informadas pelo panfleto distribuído pela DGSP, intitulado “A peste: sua transmissão e meios de evitá-la”,

Destruição dos ratos – Antes de tudo convém destruir os ratos e camundongos. (...) para destruir os ratos o melhor processo é apanhá-los por meio de ratoeiras, matando-os depois com água fervente. (...) também se podem envenenar os ratos por meio da massa fosforada (...) ou por meio do arsênico⁴⁷.

⁴⁴ Relatório apresentado a Sua Ex. o Sr. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, pelo Diretor Geral de Saúde Pública, relativo ao ano de 1903, p. 13 e 19.

⁴⁵ É interessante notar que a mesma estratégia foi tentada em Lima, no Peru, quase na mesma época e para combater uma epidemia de peste bubônica. Ironicamente, os cidadãos mais pobres da capital peruana fizeram o mesmo que os cariocas, isto é, criaram ratos em currais, o que obrigou o governo a cancelar a experiência.

⁴⁶ Para mais informações sobre a relação de Oswaldo Cruz com a imprensa carioca, especialmente em relação às caricaturas, ver FALCÃO, Edgard de Cerqueira, *Oswaldo Cruz monumenta histórica: Tomo I, A incompreensão de uma época: Oswaldo Cruz e a caricatura*, São Paulo; s.n; 1971.

⁴⁷ Folheto “A peste”, presente no Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, Diretor Geral de Saúde Pública, relativo ao ano de 1905, p. 32.

Diante de tantos esforços empreendidos, os resultados esperados pela DGSP começaram a surgir. Como se pode observar no quadro I, à medida que mais ratos foram destruídos, o número de óbitos por peste bubônica diminuía, caminhando para a extinção da moléstia nos anos seguintes. Em relação a esses fatos, torna-se inevitável pensar se há uma relação causal entre as medidas postas em prática e o fim dos casos de peste, ou não.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que na maioria das epidemias de peste na história, houve em alguns momentos uma relativa diminuição de casos, e num momento posterior a epidemia recrudescia, fazendo novas vítimas. Desse modo, poderia se considerar que a partir de 1907, o Rio de Janeiro viveu esse período de diminuição natural dos casos. No entanto, o que deve ser considerado é que, ao contrário do que ocorreu em outros lugares, a peste desapareceu da cidade e não retornou mais.

Desse modo, é possível considerar que, ainda que fizesse parte de um ciclo natural da epidemia o progressivo desaparecimento dos casos, é inevitável perceber que as ações postas em prática pela DGSP e também o saneamento do Rio de Janeiro, conseguiram não só eliminar a peste bubônica em um momento específico, mas impedir que ela retornasse tempos depois.

Quadro I⁴⁸

	1903	1904	1905	1906	1907
Óbitos	360	275	142	115	73
Ratos	24.441	295.913	370.012	440.660	471.605

Considerações finais

A vitória final sobre a peste bubônica no Rio de Janeiro deve ser compreendida em retrospectiva. No final do século XIX, o quadro era extremamente favorável ao Brasil, pois naquele momento a peste estava restrita a casos endêmicos no extremo oriente e aos terrores do passado medieval.

No entanto, em 1894 a perspectiva mudou, e a partir desse momento a doença começou, ano a ano, a se aproximar da Capital Federal, fruto das intensas trocas comerciais. Primeiro a cidade de Porto, em Portugal foi atacada pela doença, depois os vizinhos da América do Sul, Paraguai e Argentina, e finalmente Santos, no litoral pau-

⁴⁸ Os dados do quadro foram coletados em diversas fontes. O número de óbitos foi obtido principalmente no anuário-demográfico de 1907, p. 95. O número de ratos mortos foi coletado nos relatórios de 1904, 1905, 1906, 1907 da Inspetoria do Serviço de Isolamento e Desinfecção, anexos aos relatórios do Diretor Geral de Saúde Pública.

lista, onde pela primeira vez na história a doença desembarcou em solo nacional, em outubro de 1899.

As medidas tomadas pelo governo federal, primeiro no mar, depois em terra, de modo a impedir que a doença chegasse à Capital Federal se mostraram iníquas, tendo ela aportado no Rio de Janeiro no início do ano de 1900. A partir dessa data a peste se tornará uma das principais doenças da cidade, contribuindo com um considerável número de óbitos nas estatísticas oficiais. As estratégias utilizadas pelo governo para tentar detê-la, como os isolamentos e as desinfecções se mostraram infrutíferas.

No entanto, essa estratégia somente será reformulada no momento em que Rodrigues Alves assumir a presidência da república e, com ele iniciar-se o projeto de urbanização e saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

Com os suportes administrativos e políticos renovados, o novo diretor da saúde pública federal, Oswaldo Cruz pôde dispor dos meios para combater de forma mais intensa e abrangente a peste bubônica. Assim, mesmo não abrindo mão das desinfecções e isolamentos, Oswaldo Cruz procurou caçar os ratos e conseqüentemente suas pulgas, o que, apesar de soar anedótico, se revelou num dos principais meios de vencer a epidemia, o que de fato se conseguiu, a partir de 1906.

No entanto, é importante frisar que, sem a reforma urbana, e, principalmente, sem a reorganização dos serviços federais de saúde pública, a vitória contra a peste bubônica no Rio de Janeiro não teria sido possível, pelo menos em curto prazo.

Artigo recebido em 19 de novembro de 2013.

Artigo aprovado para publicação em 09 de dezembro de 2013.